

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 60ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

<b>Grupo de Trabalho:</b>	GT-Mananciais da CT-RN e CT-Rural
<b>Reunião:</b>	60ª Reunião
<b>Data:</b>	01/04/2022 – 9h às 12h
<b>Local:</b>	<i>Videoconferência – Google Meet: meet.google.com/zcg-jbyt-rvb</i>
<b>Assunto(s) em discussão:</b>	Nesta reunião, foram discutidas as dificuldades referentes às exigências do Edital da Política de Proteção de Mananciais, e uma breve explicação sobre como identificar o número do CAR Federal no sistema SIGAM-SIMA.
<b>Pauta:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Abertura: Denis Herisson da Silva (CATI) - Coordenador do GT-Mananciais Miguel Madalena Milinski (DAAE Rio Claro) - Coordenador-adjunto</li><li>2. Informes: Da Coordenação e demais membros do GT-Mananciais;</li><li>3. Aprovação da minuta de memória técnica da 59ª Reunião, realizada em 11/03/22;</li><li>4. Grupo de Análise de Projetos do Edital da Política de Mananciais - Resultado da avaliação da Proposta Protocolada do município de Piracaia/SP: Marina Barbosa (Agência das Bacias PCJ) e Denis Herisson da Silva (SAA-SP);</li><li>5. Protocolo de Intenções até 2025 entre a SAA e a Agência das Bacias PCJ: Marina Barbosa (Agência das Bacias PCJ) e Henrique Bellinaso (CATI/SAA);</li><li>6. Encerramento.</li></ol>
<b>Conclusões e Encaminhamentos:</b>	<p>A reunião foi iniciada pelo coordenador do GT-Mananciais, o Sr. Denis Herisson Silva (CATI/SAA), que agradeceu a presença de todos. Dando sequência, com o item 2, o Sr. Denis abriu a palavra aos membros. O Sr. Roberto Mario Polga (Consórcio Piraí) informou que o Plano de Macrodrenagem da Bacia do Rio Capivari está na fase 2, o trabalho já começou e já enviaram o primeiro cronograma de ações. O Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA) informou sobre o afastamento do Sr. Luiz Sertório Teixeira da Fundação Florestal e o desligamento da Sra. Bruna Caroline Juliani da equipe de Assessoria Ambiental da Agência PCJ. Ressaltou que ambos foram extremamente importantes na construção e na condução de toda essa estruturação da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), dos Grupos de Trabalho (GT), e para a Política de Mananciais. Continuando com os informes, o Sr. Demarchi recebeu dois convites para: a) colaborar como debatedor em uma das mesas redonda, com o tema “Qualidade da água e contaminantes ambientais”, no 5º Seminário de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ”, coordenado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), a ser realizado no dia 26/04/2022 das 9h às 13h; b) Marcar uma reunião com a coordenação da Câmara Técnica de Proteção das Águas do Comitê de Bacias do rio Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), para fazer uma explanação sobre a Política de Mananciais. Nesse sentido, o Sr. Demarchi perguntou se já estava disponível a plataforma de Aplicação Web intitulada “Proteção de Mananciais PCJ”, que Sra. Marina Barbosa (Agência PCJ) apresentou na reunião anterior. O Sr. Tiago Georgette (Agência PCJ) disse que o site já estava disponível, inclusive foi item de informe na última reunião plenária da Agência PCJ, e explicou que foram feitas 5 oficinas de capacitação entre fevereiro e março de 2022 e no total participaram representantes de 28 municípios. Complementando, o Sr. Demarchi disse que é uma ferramenta de suporte para os municípios prepararem os documentos que serão entregues no edital da Política de Mananciais. O Sr. Miguel Madalena Milinski (DAAE - Rio Claro) fez um convite para os membros participarem do evento gratuito: “Webinar: Perspectivas para o Saneamento Rural no Estado de São Paulo” com transmissão ao vivo pelo Canal da ABES-SP no <i>YouTube</i>, no dia 07/04/2022 às 15h. Para concluir, a Sra. Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB) informou que participou da reunião do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e várias secretarias participaram, e eles apresentaram como é o estado atual e os diagnósticos na</p>

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 60ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

região das Bacias PCJ, perspectivas de futuro, tanto no âmbito social, econômico e ambiental. Quanto ao item 3, o Sr. Denis abriu a palavra aos presentes, com a finalidade de aprovar a minuta de Memória Técnica da 59ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 11/03/22. O Sr. Tiago informou que após o envio da convocação, a Secretaria Executiva recebeu a solicitação do Sr. Denis referente a renomeação da CATI, que tinha se tornado CDRS e retornou para CATI. O Sr. Miguel solicitou a correção do seu sobrenome e a Sra. Cláudia Mira Attanasio também pediu a correção no nome: APTA Polo Centro Sul. Com as devidas correções, submeteu a minuta aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Quanto ao item 4, o Sr. Miguel pediu a palavra para informar que o edital não teve nenhum inscrito, com exceção da Prefeitura Municipal de Piracaia/SP. Isso é uma preocupação que precisa ser analisada, inclusive discutir sobre simplificar as exigências do edital. O Sr. Demarchi disse que está dentro do contexto de reavaliação da Política de Mananciais, um dos subgrupos poderia olhar nos editais e avaliar essa questão, para ter inserção dos municípios e rever esses desafios. Seria o momento de inserir alguns mecanismos junto com a CATI, algumas contratações para trabalhar com produtores rurais, com os conselhos municipais para aprimorar os processos de decisão e de governança local, de agregação dos produtores rurais dentro da microbacia. Esses instrumentos de educação e extensão rural e assistência técnica são importantes nesse processo, ou trabalhar em conjunto com a Política de Educação Ambiental ou ações conjuntas, uma análise de como poderia agregar valor para a Política usando recursos para essas ações de mobilização, de fortalecimento dos conselhos municipais, das associações e movimentos dos produtores rurais. São processos educativos importantes, uma outra visão que a Política poderia ser aprimorada. O Sr. Miguel concordou com a colocação do Sr. Demarchi, que é preciso incluir a Educação Ambiental e essa nova parceria com a Secretaria de Agricultura para melhorar a Política de Mananciais. O Sr. Tiago explicou que sobre os editais, pode ser que os documentos que estão em análise contenham algo específico da Política de Mananciais, mas todos os outros documentos são principalmente pelas fontes pagadoras da Cobrança Paulista ou da Cobrança Federal, que são solicitados para dar continuidade, então eles não podem ser retirados, principalmente quando for Cobrança Estadual, porque o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) é bastante rigoroso e exige muitos documentos. Com relação aos municípios, o que a Agência PCJ tem feito, quando é colocado o edital, é entrar em contato com os municípios prioritários, justamente para favorecer aqueles apresentem projetos. Tanto a Coordenação de Projetos quanto a Assessoria Ambiental têm realizado oficinas para mobilizar os municípios. A Agência PCJ tem o limite de tornar público e incentivar, mas o protocolo, depende da prefeitura. Alguns fatores que implicam é se o município tem todas as suas certidões, capacidade técnica, ou dependendo da fonte de pagamento e a contrapartida que o município tem que apresentar, mas as vezes ele não tem o volume mínimo de contrapartida que os projetos pedem. Complementando, o Sr. Demarchi disse que o FEHIDRO é bastante exigente, a documentação é burocrática, inclusive em todos os processos que envolvem o Estado são mais complexos. O Sr. Paulo José Mancuso (P.M. de Hortolândia) disse que os problemas das licitações serem vazias, é anuência e interesse dos proprietários, tem baixa receptividade, principalmente em áreas onde o movimento de incorporação imobiliária leva os proprietários sempre pensando em lotear um pedaço de terra, e não há o interesse em reflorestar e conservar, entre outros aspectos, a questão da vontade política dos municípios. Aqueles que possuem o engajamento de preservar são os mesmos municípios há muitos anos. O Sr. Demarchi explicou o quanto é complexo, uma vez que a Política de Mananciais tem essas inúmeras dimensões de abordagem no mesmo problema. O município trabalha contra a preservação, apoia projetos de desenvolvimento urbano, mas não com a Proteção dos Mananciais. O Sr. Denis falou sobre os editais, o primeiro não foi aceito, o projeto de Piracaia foi único proponente, e não foi aprovado direto, pois teve uma série de alterações solicitadas para a municipalidade fazer. O projeto não se enquadrava nas classes 4 e 5 de priorização das áreas críticas. Essa seria uma das questões para discutir, e se está explícito que todos os municípios podem participar, não estão entendendo que é obrigatório estar nas

011.04.02.006

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 60ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

classes 4 e 5. E não é exclusividade estar dentro dessa classificação. Ainda sobre esse assunto, o Sr. Denis abriu a palavra aos membros para exporem essas dificuldades com relação ao edital. O Sr. Henrique Bracale (TNC) explicou as experiências em Piracaia/SP, que esse não é o primeiro edital acessado pela Prefeitura e que chegaram em um nível de maturidade com capacitação continuada e proatividade. Eles possuem um banco de informações que eles criaram em todos esses anos para submeter propostas, mudam o objeto, valores e assim eles estão capacitados para apresentar os projetos. O Sr. Demarchi disse que Piracaia é um município diferenciado, e que eles poderiam trazer essas experiências nos grupos e para os treinamentos que a Agência tem feito. É um estímulo para outros municípios menores. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra) informou que o município de Piracaia, mesmo bem estruturado, precisava responder as prioridades (1,2,3,4 e 5), e três deles foram aprovados, os outros ficaram faltando. Entendendo que tem algo que está difícil para os municípios. Mesmo com a capacitação, o resultado ainda não foi o esperado, e muitos municípios não têm a área ambiental como prioridade. Continuando, O Sr. Demarchi comentou que não participou dessa análise do edital, mas a Política deveria buscar atingir a totalidade dos municípios, pelo menos uma microbacia, independente da classificação, com o avanço e as mudanças propostas no plano de bacias, essa questão da priorização ganhou um peso, foi uma solicitação da SE/PCJ. Citou uma reunião em que os então secretário-executivo e secretário-executivo adjunto, Srs. Luiz Roberto Moretti e André Navarro disseram que deveriam enquadrar a Política de Proteção dos Mananciais de acordo com o novo Plano de Bacias, internalizando a priorização dada por aquele instrumento e a Política têm respeitado isso. Mas os municípios não apresentam essas classificações, então ele apresentou dois caminhos: i) aceitar que outros municípios que não têm essa classificação entrem, qualquer município poderia apresentar o projeto. ii) buscar os municípios priorizados e motivá-los a participarem e oferecer estrutura para que acessem os editais. Com essas colocações, o Sr. Demarchi perguntou se essa primeira avaliação do município de Piracaia/SP se houve falta de documentos ou ações apresentadas. O Sr. Denis respondeu que houve dúvidas sobre o número de propriedades, se havia uma certa discrepância, mas isso não foi motivo para reprovar o projeto, então ele retornou para complementações, e foi aprovado com necessidades de ajustes. O Sr. Henrique informou que o município de Piracaia/SP entendeu que não podia participar porque era exclusivo para classe de priorização 4 e 5. Em outro momento, analisando que não era exclusividade, porém um critério de priorização, comparando com a microbacia do Ribeirão Quatro Cantos, que antes de existir a regra de priorização, o município acessou o recurso através do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O Sr. Miguel Milinski perguntou se esse PSA que os produtores estão recebendo, são recursos do PCJ ou da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O Sr. Henrique respondeu que o PSA, especificamente, é conjunto do PCJ com a Prefeitura em uma rubrica do orçamento municipal. Para complementar a explicação, o Sr. Henrique fez uma breve apresentação do Programa Produtor de Água no Cantareira: Piracaia. Quanto ao item 5, o Sr. Denis fez uma breve explicação sobre o Protocolo de Intenções, que está sendo renovada pela terceira vez. É um instrumento de parceria entre a Agência das Bacias PCJ e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), e a execução dessa parceria é por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) que é um órgão oficial de seção do setor rural no Estado de São Paulo. É um trabalho de continuidade que visa desenvolver atividades voltadas à preservação e recuperação de recursos hídricos no âmbito da Política de Proteção de Mananciais. Para finalizar, o Sr. Denis comentou que na última reunião foi comentando sobre esse protocolo de intenções, e que seria interessante a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) também participasse, pois tem vários representantes que participam dos Comitês PCJ e seria interessante que nesse processo de formalização do protocolo de intenções fosse colocado essas instituições. O setor rural depende muito das pesquisas, para saber o que está de acordo com a legislação atual e com a real condição em que se encontra. Principalmente sobre a conservação de solo, tem muita

011.04.02.006

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 60ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

	intervenção que se faz atualmente, dentro de técnicas que se utilizavam antigamente e que precisam de revisões. Então todo esse trabalho precisa da pesquisa para fazer essa revisão e melhorar a informação, principalmente no caso dos produtores rurais. Como complementação, o Sr. Denis fez uma breve apresentação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fazer o cadastro e consulta do número do CAR Federal do Produtor Rural no Sistema Integrado de Gestão Ambiental. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson da Silva (CATI/SAA) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.
<b>Próxima reunião:</b>	61ª Reunião do GT-Mananciais - 13/05/2022, às 9h.
<b>Observações:</b>	5º Seminário de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ – <a href="#">Link</a> Proteção dos Mananciais das Bacias PCJ (MAPAS) – <a href="#">Link</a> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) – <a href="#">Link</a> Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (ZEE-SP) – <a href="#">Link</a> Agência das Bacias PCJ e Secretaria de Estado de Agricultura renovam parceria para a proteção dos mananciais – <a href="#">Link</a> Sistema Integrado de Gestão Ambiental (CAR Federal do Produtor) – <a href="#">Link</a> Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-SP) – <a href="#">Link</a>
<b>Responsável pela redação:</b>	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)			
1	Cláudia Mira Attanasio (APTA Polo Centro Sul)	12	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (SANASA)
2	Denis Herisson da Silva (CATI/SAA)	13	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB)
3	Roberto Mario Polga (Consórcio Piraí)	14	Henrique Bracale (TNC)
4	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra)	15	Kaique Barreto (Agência das Bacias PCJ)
5	Miguel Madalena Milinski (DAAE - Rio Claro)	16	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)
6	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE Jundiaí)	17	Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ)
7	Claudia Grabher (INEVAT)	18	Victor Marinheiro (P.M de Louveira)
8	João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA)	19	Paula Gonçalves da Fonseca e Souza (P.M de São Pedro)
9	Luiza Ishikawa Ferreira (Jaguatibaia)	20	Renato Garofalo (SANASA)
10	Paulo José Mancuso (P.M. de Hortolândia)	21	Mateus Nardi (SANEBAVI)
11	Mariza Fernanda da Silva (SABESP)		

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).